

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA NO CURSO DE QUÍMICA E MATEMÁTICA/UFMT

GT 12: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Relato de experiência

Tatielly E. SILVA (Discente de Graduação/Licenciatura Matemática/UFMT)
tatiellymanueli87@gmail.com

Vanessa C. SILVA (Discente de Graduação/Licenciatura Matemática/UFMT)
cristinavanessa751@gmail.com

Luciane Rocha Ferreira PIELKE (Docente da Universidade Federal de Mato Grosso/Cuiabá/Mato Grosso)
lucianekatu@gmail.com

1 Introdução

O presente relato de experiência compartilha um processo de ensino-aprendizagem vivenciado por acadêmicas/os do Curso de Licenciatura em Química e Matemática (cursos regulares), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A experiência aconteceu durante a Disciplina de Organização e Funcionamento do Ensino Básico (OFEB), ofertada no primeiro semestre de 2024, no Curso de Licenciatura em Química, sendo o Departamento de Ensino e Organização Escolar (DEOE-Pedagogia/IE), responsável pelos conteúdos de viés pedagógico.

A turma participante neste Semestre (2024/1) é formada por 11 acadêmicas/os, dos cursos de licenciaturas de Química (cinco) e Matemática (seis). Todas/os jovens entre 19 e 24 anos, a maioria egressas/os de escolas públicas sendo que, destas, as duas coautoras estudaram em Escolas do Campo da baixada cuiabana. Elas aceitaram o convite da escrita colaborativa para elaboração deste relato de experiência que valoriza o processo de aprendizagem em interface com estudos acerca das políticas educacionais a partir de dois documentos: O Manifesto dos Pioneiros (1934) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB/9394-96).

O objetivo maior dessa partilha é valorizar a dinâmica coletiva de construção de sentidos e significados para além do domínio do conteúdo programático. A didática envolveu três etapas: 1. Leitura (individual e coletiva); 2. produção de fichamento reflexivo (coletivo) e 3. apresentação das aprendizagens em Roda de Conversa com avaliação entre pares. O trabalho coletivo reuniu grupos com até quatro integrantes, o conteúdo teórico-epistemológico, e documental, integra a Unidade I de OFEB, sendo o fio condutor para imersão das/os discentes ao universo das políticas educacionais.

Apresentamos, nessa oportunidade, juntamente com algumas compreensões tecidas ao longo do processo educativo, a relação pedagógica entre o Manifesto dos Pioneiros e a

Realização



LDB/9394-96. Nesse, destaca-se a dimensão ético-política em uma perspectiva histórico crítica, a qual: “[...] pressupõe assumi-la na sua condição de prática humana de caráter interventivo, ou seja, prática marcada por uma intenção interventiva, intencionando mudar situações individuais ou sociais previamente dadas” (Severino, 2007, p. 291).

A proposta didático-pedagógica, com base na postura dialógica, promoveu a articulação entre construção/produção de conhecimentos acadêmicos com as experiências de vida das/os discentes – relação entre teoria (conteúdos) e prática (vida escolar, comunitária, familiar, de trabalho). É a partir dessa interface que os sentidos e significados em torno do conteúdo estudado foi sendo tecido, destacando-se o processo coletivo e dinâmico de aprendizagem como mediação privilegiada das aprendizagens, percepções e reflexões tecidas.

2 Política educacional: releituras contextuais tecidas pelas discentes da Matemática

No contexto histórico e ideológico da educação entre 1930 a 1945 destaca-se a política da Segunda República, ou Governo Provisório período em que, segundo Antônio Joaquim Severino (2007), de 1889 a 1964 houve a consolidação da ideologia liberal:

De qualquer modo, é correto afirmar que a ideologia que prevaleceu como elemento aglutinador da constituição da subjetividade social brasileira desse segundo período da trajetória sociopolítico-educacional do país foi a ideologia liberal burguesa, laicizada, modernizada e modernizadora, com pretensão de ser fundada na ciência e no reconhecimento da liberdade e da igualdade humanas. Impôs-se assim uma concepção liberal do mundo, da cultura e da educação. Essa ideologia atendia aos interesses da burguesia nacional urbanoindustrial e justificava a modernização de todos os setores da vida social (Severino, 2007, p. 299).

Percebemos, a partir dessa discussão de Severino (2007), que a política educacional brasileira que herdamos, e que hoje cada vez mais se alinha a interesses de elites econômicas, emerge desse berço ideológico que se consolidou a partir do discurso da modernização. Os valores de liberdade e igualdade humanas proclamados como pano de fundo dessa ideologia até hoje mascara sua verdadeira face: de exclusão, discriminação e exploração.

Há estudos que evidenciam duas vertentes, dois paradigmas de pensamentos que centralizaram debates/disputas sobre educação ao longo do processo de instituição das políticas educacionais. Por um lado, a igreja com a iniciativa privada, elitista, com doutrina religiosa na escola, onde havia a separação dos gêneros (contra a coeducação). A outra vertente, os renovadores do movimento Escola Nova defendiam a escola pública, laica, gratuita e obrigatória, como um plano nacional de educação. A constituição de 1934, atendeu tanto os

renovadores, defendendo a educação como um direito de todos e deveres do Estado, quanto aos católicos, ao prever o ensino religioso facultativo na escola pública (Veiga, 2005).

Em 1932, os renovadores apresentaram um plano de reconstrução nacional. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, fruto de movimento por reformas educacionais, teve à frente 26 grandes educadores brasileiros. Esses intelectuais fizeram história, inspirados em estudos realizados em outros territórios (europeus), fizeram uma proposta para a realidade brasileira da época. Educadores com ideias pedagógicas dos Estados Unidos da América e Europa, ousaram propor esse documento como proposta para um projeto à educação brasileira.

Em interface com esse estudo, é possível dialogar com outras leituras que nos ajudam a perceber que, ao longo da história, a privatização é um fenômeno que sempre esteve presente, ainda que de modo pontual. Entre esses estudos, destaca-se Veiga (2005), acerca do percurso histórico da Didática, a autora aborda o advento de 1931, com a reforma Francisco Campos que estruturou e centralizou para a administração federal os cursos superiores, dividindo o ensino secundário em dois ciclos. Neste período, o ensino secundário era privilégio das classes médias, pois até 1940 a maioria das escolas para alunos de 12 a 18 anos era de iniciativa privada.

Diante da realidade de privilégios, compreendemos o Manifesto como anúncio de novos ideais para a educação, pois propunha, entre outras coisas, rever o fio condutor que a organizava, numa guinada do plano administrativo para o político-social, uma aposta para enfrentar os problemas educacionais da sua (e da nossa) época. A educação, na perspectiva político-social, se realiza pela ação dialética entre conhecimento e indivíduo, e deste sobre si mesmo em um processo dinâmico/contínuo. Para além disso, esse paradigma propõe um viés de ensino que acolha todas/os, independente da situação econômica, de classe, etnia e gênero.

Aprendemos com o estudo desse processo histórico-político, que as políticas educacionais brasileiras emergem de um contexto liberal que ainda hoje a controla. Diante disso, podemos compreender a raiz das dificuldades e desafios enfrentados pela maioria do povo empobrecido (nós mesmas) para acesso, permanência e sucesso à educação de qualidade.

3 Panoramas em interface: Marco Legal e sua objetivação

O Manifesto dos Pioneiros (1934) emerge como uma recomendação para a reconstrução social da escola em toda a sociedade, isto é, essa reestruturação tinha como objetivo principal incluir a massa popular nas escolas. Conforme Veiga (2005), na década de 30 foi quando se criou o Ministério de Educação e Saúde Pública (Reforma Francisco Campos), foi nessa época

que se instaurou o Movimento da Escola Nova (escolanovismo), que mudava a fisionomia da educação no Brasil. Movimento que defendia os princípios democráticos e possuía como ideias principais o caráter prático-técnico. No entanto, o cerne das questões sociais, culturais, políticas e econômicas ainda permaneciam fora de sala da aula, fora do campo de discussão/reflexão.

O Manifesto critica as reformas educacionais anteriores, pois os imbróglis educativos eram vistos a partir de uma visão limitada, não tentavam resolver o problema central: as relações de poder assimétricas que mantinha a cultura do privilégio. Acreditamos que, para uma reforma educacional dar certo, é necessário ter uma transformação contínua e ampla, onde haja o envolvimento institucional com vontade política. A formação sociocultural de uma sociedade capitalista, colonizada, onde a educação ainda é vista como um gasto e um privilégio é o grande desafio para transformação das relações de poder estabelecidas.

Estudamos que a educação brasileira tem por base as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96. Vimos em seu artigo 1º afirmando que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência, no trabalho, nas instituições sociais, entre outros. O Manifesto, por sua vez, defende uma educação que não se restringisse apenas à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas que promovesse pessoal e socialmente dos discentes.

Mais adiante, o artigo 4º expressa que o dever do Estado é garantir uma educação pública, obrigatória e gratuita. Conforme preconizado, estabelece uma educação no Brasil que deve ser pautada em dimensões como a igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos nas instituições de ensino, a valorização da liberdade e da diversidade, além da promoção de uma formação abrangente voltada para o trabalho e a cidadania.

Por sua vez, o Manifesto defende uma educação reformista, com foco na modernização e democratização do sistema educacional brasileiro. Os pioneiros propunham uma educação mais inclusiva, enfatizando o desenvolvimento integral do estudante e um forte compromisso com a justiça social. A relação entre o Artigo 4º da LDB e o Manifesto dos Pioneiros reside na continuidade de princípios essenciais, em que ambos almejam uma educação que favoreça a inclusão e a igualdade de oportunidades. Em lei, o discurso da igualdade e inclusão se repete.

No artigo 13º, os docentes têm como atribuição cumprir e elaborar o plano de trabalho, participar da proposta pedagógica, ministrar os dias letivos e hora-aula estabelecidos e colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade. Estudando o Manifesto, fica a percepção de que o educador precisa, antes de tudo, aderir a uma filosofia

educacional que perpassa a mera aquisição da leitura e escrita procedimental. É fundamental que ele possua uma “cultura plural e diversificada”, para contribuir com o processo de ensino.

É essencial que a/o professora/or tenha, tanto a habilidade quanto a sensibilidade, de conduzir o processo pedagógico, avaliando processualmente e adaptando suas práticas com base nas relações/informações sistematizadas ao longo do processo educativo. É fundamental estabelecer critérios qualitativos e quantitativos, como um cientista sério de sua área de atuação.

Os pioneiros apontam que a carência de uma base sólida e de uma vertente crítica gera uma cultura acadêmica superficial desprovida de reflexão. Destaca a necessidade imediata de estabelecer universidades que cultivem ideais políticos e sociais, oferecendo um verdadeiro desenvolvimento do espírito crítico e coerente para encarar os desafios do país. Sugerem a criação, ou reorganização, de instituições focadas nas ciências sociais, matemáticas, naturais e humanas, com o intuito de formar pesquisadoras/es e fomentar investigações.

É espantoso como ainda hoje as demandas são as mesmas para o avanço na qualidade das Universidades públicas! Ademais, os percursores por uma educação pública de qualidade sustentam que a educação superior deve ser inteiramente gratuita e cumprir três funções fundamentais: produção científica, compartilhamento de saberes e disseminação do conhecimento por meio de instituições de extensão universitária.

Realizando um paralelo entre o Manifesto dos Pioneiros com a realidade atual do ensino brasileiro, pode-se observar alguns avanços, mas também questões/lacunas que ainda persistem e impedem a qualidade na oferta da educação pública. Nesse sentido, é importante entender que o ensino, em sua gênese, era um privilégio somente de uma elite (e parece que ainda é) e que muito ainda é necessário lutar para que seja de fato uma política educacional para todas/os!

4 Considerações finais: Direitos inalienáveis ainda carecem ser defendidos!

O processo pedagógico vivenciado oportunizou a construção coletiva de conhecimentos. A avaliação entre pares na Roda de Conversa foi o momento mais intenso e mais significativo, pois significava rever critérios de avaliação que a cultura escolar vivida ao longo de suas trajetórias havia imprimido e ainda está latente na memória de cada uma/um. Avaliar significa estar exposto aos olhares e julgamento dos outros sobre sua produção. No entanto, a trajetória de leituras e percepções construídas em colaboração criou um ambiente de empatia e respeito que ajudou a quebrar o estigma da avaliação coercitiva.

A articulação entre o Manifesto dos Pioneiros e a Lei 9394/96 foi sendo tecida de modo que a dúvida de um GT era partilhada pelo outro e, assim, as percepções foram sendo tecidas

coletivamente. No momento da Roda de Conversa avaliativa entre pares, o documento em foco ampliava sentidos, coesão e coerência. A linguagem acadêmica, juntamente com a apropriação de aspectos fundamentais, tanto do contexto da construção das políticas educacionais quanto da produção coletiva, enfrentando a lógica de produção escolar individualista e competitivista.

Em relação ao estudo em interface entre os dois documentos-base, fica a percepção da necessidade de, enquanto futuras professoras, precisarmos compreender o discurso político e o percurso histórico onde, por exemplo, direitos preconizados pelo Manifesto, como: gratuidade, obrigatoriedade e laicidade, são dimensões inalienáveis que ainda carecem de defesa.

Essa conjuntura evidencia uma gerência estatal que não cumpre plenamente os direitos com a educação, conforme seu dever constitucional. Esse cenário só revela que ainda há um longo caminho a percorrer para a garantia de um ensino apropriado para todos, frente às demandas sociais que não foram plenamente cumpridas. Mesmo após 92 anos da publicação do Manifesto, ele é muito atual na realidade brasileira, principalmente porque ainda estão silenciados alguns pleitos do Manifesto de 1932 no contexto da educação pública no Brasil.

Os pioneiros defendem o papel institucional do Estado como o agente articulador da educação e responsável pela construção do ensino válido para todo território brasileiro. Contudo, sua efetivação é questionável, especialmente no tocante a garantia de acesso, permanência e finalização dos estudos. A partir de nossas experiências enquanto alunas de uma Universidade Federal, percebemos na pele a dificuldade de alcançar/ocupar este lugar e ter condições de acompanhar o nível de ensino. Sendo egressas de Escolas do Campo, essa “oportunidade” é rápido compreendida enquanto um “privilegio” reservado a poucos. Diante dessas realidades, em contraponto ao processo histórico das políticas educacionais que estudamos nessa Disciplina, é possível compreender que não se trata de um privilégio, mas um direito constitucional que o Estado mantenedor/provedor ainda não consegue garantir à todos!

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB. 9394/1996). São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.**

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil hoje.** Editora Fiocruz: Rio de Janeiro/RJ. 2007.

VEIGA, Ilma P. A. **Repensando a Didática.** 21ª ed. Campinas/SP: Papirus. 2004.